

no intervalo de cem anos considerado pelo autor? Que alguma coisa se passou, mas é menor? A resposta que o livro oferece a questões desse gênero não é a de que mudaram os significados mas se mantiveram os significantes; nem simplesmente que os Piro têm sua própria versão da história. Trata-se, antes, de mostrar que muita coisa se passou, inclusive do ponto de vista dos Piro. Só que a sua história, certamente trágica, pôde vir a ser neutralizada por forças ativas como o esquecimento, as “histórias dos antigos” e “as histórias que os antigos contavam”.

Que a história seja histórica é algo que todo mundo sabe, o difícil é pô-lo em prática. Os Piro transformaram o tempo da escravidão em tempo de produção do parentesco, Peter Gow escreveu *An Amazonian Myth and its History*.

**LEAP, William L. (org.). 1999. *Public Sex, Gay Space*. New York: Columbia University Press. 287 pp.**

---

### Horacio Federico Sívori

Doutorando, PPGAS-MN-UFRJ

Treze textos de antropologia, estudos literários, arquitetura, história, sociologia, criminologia e política discutem a produção de espaços sociais investidos de significado erótico por homens que fazem sexo com outros homens. Resultado de uma intensa colaboração acadêmica, essa coletânea de 1999 exprime acertos e tensões dos chamados *Gay and Lesbian Studies*. Uma introdução e doze contribuições originais descrevem as variadas faces da *espacialização* do sexo entre homens. Para além, tanto do convencionalismo do “politicamente correto”, quanto de um olhar exotizante

que se fascina com o raro, o empreendimento oferece-se, como alguma vez Peter Fry disse de uma outra originalíssima obra, “não apenas como um tratado sobre as margens, mas como uma provocação para o leitor questionar os lugares-comuns do ‘centro’ da sociedade”. Trata-se, também em *Public Sex, Gay Space*, de *lugares* não só em sentido metafórico, mas no *duro*, material e literal.

A introdução de Bill Leap, organizador da coletânea, estabelece as coordenadas desta. A proposta é trabalhar em um registro analítico e, sobretudo, descritivo. Este – compreendemos logo na introdução – é transversal à preocupação normativa da *política dos corpos e da identidade* e distante de essencialismos e de disputas nominalistas, porém seu construcionismo não é radical: “Em vez de assumir que os participantes do sexo público são (em algum sentido essencializado) homens ‘gay’, [a] coletânea explora as *identidades e outras autodescrições* [desses homens], a superposição entre experiência sexual e identidade de gênero e as conexões entre práticas sexuais, identidade étnica/racial, posição de classe e atributos de privilégio” (:3). O estudo de topografias sexuais serve-se da distinção relativa entre “local” (*place*), localização “cujo potencial significativo ainda tem que ser totalmente desenvolvido”, e “espaço” (*space*), que “emerge quando sobre o local são impostas práticas, quando formas de atividade humana impõem significados a uma localização dada e transformam o terreno ‘neutral’ em paisagem (*landscape*), isto é, em um particular ‘modo de ver’” (:7). Essa distribuição não responde – é claro – a um arranjo estático, mas é “continuamente construída, negociada e contestada” (:6), tanto quanto o é a outra economia espacial sobre a qual os ensaios dessa

coletânea jogam luz: a do público e do privado. Com especial intensidade nas práticas do sexo entre homens, às formas reguladas da *propriedade privada* e do espaço doméstico superpõem-se as “interpretações da visibilidade ou acessibilidade de um local particular” (:9). Através da presença permanente da autoridade reguladora, “*todos os locais de prática sexual são locais públicos e quaisquer declarações (claims) de privacidade são fictícias (fictional)*”. A qualificação de “privado” não é senão uma leitura – entre outras – de uma situação, a eficácia dela sendo sempre mediada por questões de *status* e privilégio (:11). As leis de sodomia ainda vigentes em tantas comarcas e, indiscutivelmente, o controle epidemiológico de *doenças sexualmente transmitidas* estão aí para nos recordar.

O conteúdo etnográfico de *Public Sex, Gay Space* torna sua leitura uma viagem única. A modo de homenagem de reconhecimento da vigência da sua obra, os primeiros capítulos são dedicados ao pioneiro da etnografia do sexo entre homens em lugares públicos, Laud Humphreys. Sua tese de doutorado, de 1968, *Tearoom Trade: Impersonal Sex in Public Places* (1975 [1970]) é uma primeira referência obrigatória para quem se interessa por esse campo. O capítulo 2 da coletânea é um artigo-resumo desse livro e, no capítulo 1, Peter Nardi narra as vicissitudes que acompanharam a divulgação inicial dos achados de Humphreys. *Tearooms* é como eram chamados entre os “entendidos” dos Estados Unidos, nos tempos anteriores à era da *Gay Liberation*, os banheiros públicos onde ocorria “pegação” homossexual, caracterizada como um relacionamento erótico breve, “impessoal” e não mediado por palavras. Humphreys registrou, por meio de observação participante – atuando às vezes como

“bicha vigia” (*watchqueen*) –, a atividade nesses locais e entrevistou participantes interessados em cooperar com a pesquisa. Mas, ficara evidente que essas entrevistas cobririam escassamente um segmento particular – aliás minoritário – dos participantes dos *tearooms*, sendo que a maioria dos frequentadores eram “enrustidos” (*closeted*), homens cujas inclinações homossexuais não eram evidentes, freqüentemente casados, para quem a associação com atividades homossexuais representava um perigo. Humphreys construiu uma amostra desses homens através das placas dos seus carros e visitou-os com o pretexto de uma enquete de saúde social. Era esse um tempo anterior aos códigos de ética profissional, porém essa conduta gerou um escândalo que afetou consideravelmente a carreira acadêmica de Humphreys. Ele mesmo mais tarde reconsiderou essa estratégia de pesquisa, reconhecendo que havia colocado em considerável perigo a privacidade dos seus informantes.

O conhecimento dos demais contextos vitais e uma base de dados dos perfis sociológicos de uma amostra mais representativa de sujeitos do universo estudado permitiram a Humphreys modelizar trajetórias biográficas e estabelecer uma tipologia de frequentadores, relacionando estilos de participação (particularmente em termos de conduta sexual, como *ativos e passivos*) e identidade sexual (“*bofes*” ou *trade*; bissexuais, que chamou *ambisexuais; gays*; e “*bichas enrustidas*” ou *closet queens*) com índices de ocupação, estado civil, idade e nível de educação, delineando, na linha da sociologia do desvio, *insights* sociológicos fundamentais sobre os variados “modos de adaptação desviante” (:52) dos participantes do sexo público.

O capítulo 3, *A Highway Rest Area as a Socially Reproducible Site*, de

John Hollister, atualiza e complementa os achados etnográficos de Humphreys. Hollister desenvolveu uma pesquisa similar (salvo que ele só entrevistou pessoas ligadas ao meio *gay*) usando, como ponto de partida para a comparação da versão contemporânea do *tearoom* como *espaço de socialização homossexual*, a sua própria experiência de socialização em um contexto radicalmente diverso: o das organizações *comunitárias gays*. O contraste fez com que ele se deparasse com várias surpresas. Hollister comprovou que, “embora a pergunta seja freqüentemente formulada”, a questão da *identidade sexual* do participante é, nesses contextos, irrelevante: “Como um homem se conduz e se compreende no resto da sua vida é menos importante que a disposição que ele traz para o local em termos de como ele pode se encaixar nos perfis de parceiro desejado para uns ou de parceiro seguro para outros, a sua habilidade para se relacionar com outros a ponto de poder recorrer ao seu auxílio numa crise, ou ao seu conhecimento para aprimorar sua habilidade no uso do espaço” (:63).

Achados análogos relatamos Néstor Perlongher, observando as redes da prostituição masculina em São Paulo (*O Negócio do Michê*, 1987), e eu, observando circuitos do *yirol* (paquera) homossexual na Argentina.

Hollister afirma, como provocação, mas – no meu entender – corretamente, que “o sexo público não é sexo nem é público”. Essas práticas são conotadas mais como “descarga” (*getting off*), centrada na experiência masculina, sendo que a interpretação segundo o que é normativamente esperado do “sexo” estaria enviesada pelos significados da relação do casal heterossexual (burguês). Dado que a definição do sexo socialmente apropriado o associa à privacidade, é só ironicamente que se fala

de “sexo público” e, de fato, tudo na prática dos encontros em espaços públicos aponta no sentido de proteger a intimidade dos participantes. Citando a analogia das “salas” de bate-papo eletrônico (os participantes parecem estar sozinhos trabalhando ou brincando com seus computadores, enquanto estão se conectando com outros “usuários” distantes, que se reconhecem entre si só através de um apelido e o que escolham expressar na tela), Hollister propõe a noção de “esfera privada coletiva”. O autor chama a atenção para o contraste entre a experiência descrita e as da “comunidade imaginada” do Movimento *Gay* e *Lésbico*, com sua ênfase no público como esfera de debate (a *visibilização* com a metáfora da saída do armário, a importância da imprensa e dos eventos públicos para a construção da comunidade). Cada local particular de reprodução social tem implícitas suas próprias ambigüidades e contradições e seus próprios modos de formular e compreender o sexual e a identidade.

A dimensão comparativa que organiza os ensaios comentados acima não é explorada nos capítulos 4 e 5, que se concentram exclusivamente na formação da identidade *gay de classe média americana* e o lugar do erotismo nela. Ambos os ensaios estudam a expressividade do espaço *como* linguagem, na arquitetura o primeiro, e na literatura, o segundo. Os objetos são uma sauna *gay* de Nova Iorque, em “Speaking to the Gay Bathhouse: Communicating in Sexually Charged Spaces”, de Ira Tattelman, e uma aldeia turística praiana exclusivamente *gay* e *lésbica*, em “Beauty and the Beach: Representing Fire Island”. Escritos elegantemente e com honestidade, os ensaios projetam a experiência desses locais como “espaços comunais”. Ainda que sutilmente descritas, as orientações de valor produzi-

das na *bathroom* e em "Fire Island" são afirmadas ou contestadas, sem acompanhar esses ensaios o registro distanciado do restante da coletânea. No capítulo 12, "Living Well Is the Best Revenge': Outing, Privacy and Psychoanalysis", Christopher Lane discute, comparativamente e baseado em uma exaustiva pesquisa documental, as políticas do *outing* ("tirar do armário", i.e., forçar a divulgação da homossexualidade de uma pessoa pública) na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ele descreve como, devido a modulações específicas do público e do privado na esfera pública desses dois países, o debate articulou-se sobre concepções radicalmente diferentes da conexão entre conduta e identidade sexual.

Os capítulos 6 a 11 retomam o fio etnográfico. Na sua contribuição "Sex in Private Places: Gender, Erotics and Detachment in Two Urban Locales", Bill Leap retoma um achado central da sua pesquisa sobre a linguagem *dos gays* americanos (*Word's Out: Gay Men's English*, 1996): como as diversas identidades sexuais – consideradas como *formadas* em tempo anterior às interações observadas, daí minha leitura da posição do autor como a de um "construcionismo não radical" – determinam a apropriação de um espaço dado como público ou privado. Os freqüentadores "heterossexuais" de uma academia (*health club*) em Washington, D.C., consideravam esse local um espaço "privado" em seus relacionamentos homossexuais, enquanto os freqüentadores "*gays*" reputavam esse "sexo público" algo fora de lugar, associando-o ao risco ou ao obsceno – o lugar do sexo devendo ser um espaço *mais privado*. Os capítulos 7 e 8 são ensaios críticos etnograficamente informados, ricamente descritivos. Michael Clatts, em "Ethnographic Observations of Men who Have Sex with

Men in Public", e Stephen Murray, em "Self Size an Observable Sex", derrubam noções herdadas e amplamente difundidas, particularmente entre sanitaristas preocupados com a epidemia de AIDS, sobre a relação entre sexo e intimidade, promiscuidade e sexo público, sexo público e risco.

Os capítulos 9, 10 e 11 rompem com um certo paroquialismo dessa coletânea, mas que poderia se considerar positivamente como o projeto de fazer a etnografia da experiência homossexual masculina "americana" (dos Estados Unidos). "Baths, Bushes and Belonging: Public Sex and Gay Community in Pre-Stonewall Montréal", de Ross Higgins, provém de um trabalho de história oral e reconstrói a centralidade do sexo público como espaço de socialização em um tempo anterior à especificação de espaços comerciais *abertamente* (visível para o resto da sociedade) identificados como *gays*. "Homosex in Hanoi?: Sex, the Public Sphere, and Public Sex", de um antropólogo norte-americano que teve que proteger sua identidade com um pseudônimo para se referir à homossexualidade no Vietnã, chama a atenção para o contraste não só com os sentidos que se dá ao sexual mas também ao público nos Estados Unidos. O autor chama eloqüentemente a atenção para as graves conseqüências ético-metodológicas de se projetar noções de "intimidade" próprias do etnógrafo sobre a situação de pesquisa: "No Vietnã, onde o lugar da homossexualidade na esfera pública é muito diferente do que nos Estados Unidos, e onde as conseqüências de se identificar como homossexual – seja pública ou privadamente – permanecem igualmente incertas para estrangeiros e nativos, o que faz com que o etnógrafo visitante decida fazer revelações sobre si mesmo diante de colegas, amigos e informantes? [...] Man-

tenho na minha privacidade, sem dividir com meus melhores amigos, alguns dos aspectos mais importantes da minha auto-identidade, enquanto compartilho em público com virtuais estranhos a nossa identidade comum de homens-que-amam-homens. Mais, até que ponto podemos falar de 'público' e 'privado' quando estes são delineados de maneiras tão diferentes dos nossos entendimentos, e quando se interpenetram de maneiras que são literalmente impossíveis de serem conhecidas" (:215-216).

Em todos os três capítulos dedicados a casos fora dos Estados Unidos, o *Estado* aparece investido em seu papel central não só na administração do dispositivo da sexualidade, articulando ciência, política e poder policial, crucial para a constituição do público (a população), mas também como objeto de intervenção. "Private Acts, Public Place: Defining the Boundaries in Nineteenth-Century Holland", de Theo Van Der Meer, relata a emergência da categoria jurídica "sodomia" na Holanda, como figura produtora de exclusões que reforçaram moralmente a unidade de uma nação em formação.

Finalmente, um mérito incomum do livro – que acrescenta, acho, sutileza e profundidade a seus achados etnográficos – é que seus autores tenham conseguido tornar algo tão intimamente familiar, como a conduta sexual dos seus congêneres – no sentido mais imediato e particular, como no caso de Hollister e de Aronson, que examinam inclusive as suas próprias biografias pessoais –, em foco de conhecimento etnográfico e não mero *objeto de reflexão*.

**MCCALLUM, Cecilia. 2001. *How Real People Are Made. Gender and Sociality in Amazonia*. Oxford: Berg. 208 pp.**

---

**Oscar Calavia Sáez**

Professor, PPGAS-UFSC

A autora realizou seu trabalho de campo no começo dos anos 80 nas aldeias kaxinawá do Alto Purus, em território brasileiro e peruano, e defendeu sua tese, em 1989, na London School of Economics – a introdução rememora o clima de encontro entre feminismo e culturas exóticas em que a pesquisa se originou. Ecoando aquele início e reelaborando discreta, mas significativamente, sua tese, o livro, muito fiel ao seu título, é um relato detalhado da fabricação da pessoa kaxinawá. Parte do amálgama de fluidos parentais ainda no seio materno, passa pela inscrição de nomes e desenhos, pelas restrições alimentares e matrimoniais e pela construção de uma identidade de gênero que se nutre e faz sentido na atividade produtiva adulta; culmina em rituais e mitos que ilustram o modo certo de absorver o *outro* na medida justa para recriá-lo como próprio.

Dois grandes festivais são pontos altos da descrição: o *Nixpu Pima*, a festa de comer *Nixpu*, uma planta que tinge de preto e fortalece os dentes, tornando as crianças consumidoras de alimentos apropriados (a autora recusa o termo "rito de iniciação", que evocaria mudanças mais abruptas e fronteiras mais claras), e o *Kachanawa* (a "dança da paxiúba barriguda" na tradução de Capistrano de Abreu, cuja descrição do ritual, publicada inicialmente em 1914, conta também para a análise) que, fazendo parte de uma numerosa família de rituais ameríndios, encena a visita de inimigos, selvagens ou espíritos, e sua transfiguração em afins e verdadei-